CULTURAS INFANTIS E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: LIMITES E POSSIBILIDADES NA GESTÃO EDUCACIONAL

Bruno Escalante Ferreira [1]

Isadora Cabreira da Silva [2]

Juliana Brandao Machado [3]

Resumo:

As culturas infantis são concebidas como as maneiras que as crianças leem o mundo e interpretam as experiências vividas. Nesse sentido, uma educação pautada pelo respeito a essas características da infância é vista como promotora de autonomia e independência dos educandos. Logo, surgiu a necessidade de questionar como as escolas de Educação Infantil propõem em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) a valorização da cultura infantil no processo de ensino e aprendizagem, considerando as crianças como sujeitos ativos. Como objetivo, investigou-se em uma escola de Educação Infantil da rede pública de ensino de Jaguarão/RS como o Projeto Político-Pedagógico estabeleceu os princípios da Educação Infantil, sua finalidade e as metodologias empregadas no processo de ensino e aprendizagem das crianças. Para tanto, buscou-se verificar como as culturas infantis produzidas para as crianças e as culturas infantis elaboradas pelas crianças foram consideradas na organização curricular da escola. A pesquisa justificou-se pela importância de perceber como a escola de Educação Infantil introduziu ou não a sociologia da infância no documento que apresenta o PPP e como a gestão educacional promove ações que reformulam a pedagogia ao compreender e possibilitar um processo educativo que vislumbre a sociedade e a cultura. A metodologia da pesquisa foi baseada em uma abordagem qualitativa, visando às especificidades e complexidades que caracterizam o processo de ensino e a organização escolar. Assim, a pesquisa documental e a observação pautaram a investigação ocorrida na escola. Como resultado, percebeu-se que, enquanto as culturas infantis produzidas pelas crianças não são reconhecidas como objetos passíveis na construção da aprendizagem, as culturas infantis produzidas para as crianças são utilizadas em demasia pelas docentes, isentando-as, de certa maneira, de seu trabalho. Com a pesquisa sobre as culturas infantis, evidenciou-se a distância que há entre a teoria e a prática. O PPP veicula ideias que consideramos convenientes com um trabalho democrático na escola, ao considerar todos os agentes no processo educacional. Todavia, na prática percebe-se a inação por parte dos membros da escola em efetivar os pontos do documento e estabelecer um processo educacional que atenda as culturas infantis. Nesse sentido, a necessidade de atribuir uma reconsideração constante do PPP e um diálogo permanente com seus construtores é tarefa intrínseca da gestão educacional democrática. O processo de construir e reconstruir é que faz a escola se manter como um espaço vivo, articulado e inspirador.

Palavras-chave: gestão educacional; projeto político-pedagógico; culturas infantis

Modalidade de Participação: Iniciação Científica

CULTURAS INFANTIS E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: LIMITES E POSSIBILIDADES NA GESTÃO EDUCACIONAL

[1] Aluno de graduação. brunoescalante1995@gmail.com. Autor principal

[2] Aluno de graduação. isadorasilvacabreira@gmail.com. Co-autor

[3] Docente. juju.bmachado@gmail.com. Orientador

CULTURAS INFANTIS E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: LIMITES E POSSIBILIDADES NA GESTÃO EDUCACIONAL[1]

1 INTRODUÇÃO

A sociedade com seus ardis institucionais e as culturas que reinventam o cotidiano são instrumentos explicativos das realidades encontradas em sala de aula, além de balizadores no planejamento do ensino que norteiam as atividades escolares não apenas na infância, mas em todo processo educacional.

Ao que tange à infância, estudos sociais e culturais demonstram a relevância em considerá-los na constituição de uma pedagogia que busca articular a cultura escolar e o conhecimento institucionalmente reconhecido com a realidade social e as culturas partilhadas e criadas pelas crianças. Nesse sentido, as culturas infantis surgem como uma excelente ferramenta de análise sobre como os saberes das crianças são valorizados nos meios escolares e a maneira como a escola pode construir conhecimentos junto às crianças, garantindo a elas um desenvolvimento autônomo e democrático nas relações educacionais.

Como espaço de socialização da criança, a escola de Educação Infantil é um ambiente que conjuga ações pedagógicas para proporcionar à criança experiências para sua formação como cidadão ativo e promotor da transformação social. Assim, torna-se imperativo que as escolas efetivem esses aspectos de maneira a garantir a autonomia e o respeito a sua subjetividade, a partir de documentos que configuram e orientam a prática docente na realização de atividades na Educação Infantil.

Logo, surge a necessidade de questionar como as escolas de Educação Infantil propõem em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) – que, conforme aponta Veiga (1997), é o próprio instrumento de organização do trabalho pedagógico escolar – a valorização da cultura infantil no processo de ensino e aprendizagem, desde os aspectos do documento que situam a finalidade, a organização, o currículo e a gestão democrática, considerando as crianças como sujeitos ativos e inseridas em uma sociedade que educa desde a mais tenra idade, ponderando a cidadania plena como objetivo fim da escola.

Sendo considerado a identidade da escola, pesquisadores se dedicam à análise reflexiva acerca do PPP. Veiga (1997) aponta que o PPP é intimamente articulado ao compromisso sociopolítico, evidenciado pelos conceitos que o designam. Como projeto, o documento expressa algo que se busca realizar no futuro; como político é um compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade; e como pedagógico define as ações educativas e as características necessárias às escolas para cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

Em relação às culturas infantis, a sociologia da infância fornece instrumentos teóricos que estabelecem uma relevância em considerar as crianças como produtoras de cultura e leitoras de mundo que vivenciam a sua existência a partir da realidade observada. Barbosa (2014) salienta a importância em discernir duas esferas da cultura infantil: a cultura infantil destinada às crianças produzidas pelos adultos, ou seja, cultura para as crianças e cultura sobre as crianças, e as culturas infantis elaboradas pelas crianças.

A cultural infantil produzida pelos adultos visa à consolidação corporativa dos elementos constituintes da infância. Segundo Steinberg e Kincholoe (2004), a infância contemporânea é articulada por mecanismos capitalistas que engendram características que configuram a criança pós-moderna, associando-a a um consumidor de bens culturais

[1] Este trabalho foi realizado no âmbito do PET Pedagogia da Unipampa relacionado aos componentes curriculares "Gestão Democrática da Escola" e "Experiências de Aprendizagem em Gestão Educacional".

produzidos em massa pelas organizações corporativas, que constituem aspectos da cultura infantil construída pelos adultos para as crianças.

Por outro lado, as culturas infantis produzidas pelas crianças são resultado de experiências e ressignificações que as crianças fazem da sociedade em que vivenciam ações e comportamentos instituídos nas culturas adultas. Sociólogos da infância como William Corsaro, Manuel Sarmento e Gilles Brougère (BARBOSA, 2014) destacam-se como estudiosos acerca das culturas infantis, definindo conceitos pertinentes para pensar as crianças como agentes ativos do meio que as cercam.

Na perspectiva de Corsaro (apud Barbosa, 2014), as interações sociais entre as crianças têm grande importância para seu desenvolvimento social, pois as culturas infantis são ressignificações elaboradas pelas crianças a partir de suas ações no cotidiano, na presença ou não de adultos, no interior de uma cultura maior e permeada por elementos diferenciados.

Sarmento (apud Barbosa, 2014), por sua vez, acredita que as culturas da infância são simbologias criadas em um processo dialético com a cultura macroestrutural, estruturada por eixos como a interatividade entre as crianças com os adultos; a ludicidade que recria o mundo; a apropriação do tempo pela criança.

O sociólogo francês Gilles Brougère (apud Barbosa, 2014), a partir de seus estudos, coloca o brinquedo como elemento central na cultura infantil, visto que as crianças o manipulam, transformam os sentidos dos objetos, produzindo significados em suas interações com a brincadeira, construindo, dessa maneira, culturas infantis realizadas através de instrumentos lúdicos.

Dessa maneira, a partir dos pressupostos teóricos acima destacados, objetivou-se investigar em uma escola de Educação Infantil da rede pública de ensino de Jaguarão/RS como o Projeto Político-Pedagógico estabeleceu os princípios da Educação Infantil, sua finalidade e as metodologias empregadas no processo de ensino e aprendizagem das crianças. Para tanto, buscou-se verificar como as culturas infantis produzidas para as crianças e as culturas infantis elaboradas pelas crianças foram consideradas na organização curricular da escola.

Ademais, um dos objetivos específicos foi perceber como a gestão educacional compreende o ser criança, ou seja, verificar como seus saberes, sua autonomia e sua criatividade são considerados e de que maneira é estabelecido junto aos educadores um senso comum sobre a infância a fim de influenciar no planejamento das aulas.

Logo, ao considerar os referenciais teóricos para o estudo da cultura infantil e as especificidades do Projeto Político-Pedagógico, a pesquisa justificou-se pela importância de perceber como a escola de Educação Infantil introduziu ou não a sociologia da infância no documento que apresenta o PPP e como a gestão educacional promove ações que reformulam a pedagogia ao compreender e possibilitar um processo educativo que vislumbre a sociedade e a cultura.

2 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa foi baseada em uma abordagem qualitativa, visando às especificidades e complexidades que caracterizam o processo de ensino e a organização escolar. Nesse sentido, a pesquisa documental e a observação pautaram a investigação ocorrida na escola.

Observou-se sete salas de aula, atentando-se por cartazes e decorações que representavam culturas infantis elaboradas para as crianças, bem como materiais produzidos pelas crianças. Além disso, foi realizado um questionário com seis perguntas abertas, aplicado às docentes e à equipe diretiva da escola, buscando compreender como se deu a formulação do PPP e concepções sobre o ser criança e sobre a Educação Infantil. Analisou-se, também, o

PPP da escola, com a finalidade de verificar a valorização dos saberes das crianças e os princípios de gestão educacional.

Os componentes do grupo trabalharam de forma integrada, atuando concomitantemente nas diferentes etapas da pesquisa. Através do trabalho em grupo, cada membro visitou as salas de aula, fazendo apontamentos que julgava pertinente para uma sistematização de dados.

Os questionários foram entregues à coordenadora para que a mesma distribuísse para as docentes, a fim de que as professoras não se sentissem intimidadas pela atuação de agentes externos ao contexto escolar. Após o recebimento de apenas cinco questionários, em um quadro de doze profissionais, o grupo analisou as respostas dadas articulando com aquilo que foi observado no espaço escolar.

Ao pesquisar sobre a cultura infantil elaborada pelas crianças e para as crianças em uma escola de Educação Infantil da rede pública de Jaguarão, pudemos analisar dados coletados de suma importância para nosso projeto de investigação, como o PPP, as respostas dadas pelas docentes aos questionários e a observação das salas de aula. A análise dos documentos foi pautada por uma leitura crítica, relacionada aos referenciais que subsidiaram a apreciação. A observação das salas de aula seguiu uma abordagem subjetiva, levando em consideração nossos pontos de vistas como professores em formação.

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

O PPP da escola é norteado apenas por políticas públicas, não havendo nenhum teórico citado dentro da discussão dos pontos elencados, o que de certa forma causa estranheza, pois a grande parte do corpo docente é graduada pela Universidade Federal do Pampa, e analisando os Projetos Pedagógicos do Curso (PPC) de Licenciatura em Pedagogia, as discussões sobre gestão democrática, teorias curriculares e experiências de aprendizagem em gestão educacional estão presentes desde o PPC de 2009. Nesse sentido, em uma linha reflexiva, pode-se pensar como são tênues os saberes da formação e os saberes da experiência.

A pesquisa teve como objetivo geral analisar como os PPP das escolas consideram e valorizam as culturas infantis. Nas respostas dos questionários realizados com as docentes, relatou-se que houve interação com a comunidade, assembleias, formações pedagógicas e entrevistas a fim de elaborar o documento.

Émile Durkhein (2002), principal referência para as educadoras da escola na formulação do PPP, sociólogo francês criador da sociologia da educação, defendia que a principal função do professor era formar cidadãos capazes de contribuir para a harmonia social. Este pensador acreditava que a autonomia da vontade só existia como obediência consentida. Ele sugeria que a ação educativa se estabelecesse de forma normativa, na qual a criança estaria pronta para assimilar conhecimentos e o professor bem preparado, dominando qualquer tipo de situação.

Essa posição de Durkheim consistia em uma gestão autoritária e hierárquica. Durkheim foi bastante criticado por estudiosos, que defendem a ideia de que a criança é capaz de determinar seus juízos e relações apenas com estímulos de seus educadores, sem a necessidade de que os mesmos exerçam sobre ela uma força autoritária.

No entendimento das professoras sobre o que é a Educação Infantil, o que é ser criança e qual a valorização de seus saberes, as respostas não apresentavam coerência e algumas até sem sentido, como dizer que a criança vive em um mundo de fantasia, que ela precisa brincar, sonhar, sorrir e ser feliz e viver intensamente o presente.

Uma das docentes citou o autor Fernando Pessoa que fala: “ser criança é aceitar o novo e acreditar no impossível”, a mesma também ressalta a importância de se ouvir a

criança, de saber quais são os seus questionamentos, criando oportunidades onde ela possa explorar seus saberes contribuindo para a sua aprendizagem.

Tentando responder à questão do que pode ser entendido como Educação Infantil, as professoras responderam que é a primeira etapa do aprendizado, que se deve respeitar cada etapa de desenvolvimento de cada indivíduo; que é um dos primeiros acessos que eles têm na sociedade e que necessitam de estímulos em todos os momentos.

Nas respostas dos questionários não constatamos nenhuma referência às culturas infantis ou da essencialidade de conhecer as vivências da criança fora da escola, a concepção que a sociedade, em que ela está inserida, tem sobre a instituição de ensino, sobre a gestão dos educadores e de como a participação da comunidade é importante para a construção de uma nova escola que possibilite à criança estabelecer ações que são próprias de seus saberes, e de contribuir para a sua aprendizagem com uma bagagem que ela mesma constrói a partir das interações do seu cotidiano.

Nesse sentido, não é difícil verificar que há uma distância considerável nas recomendações do PPP e a prática docente. Podemos inferir que as educadoras não participaram inteiramente da construção do PPP, a ponto de não verem representadas nesse documento suas visões como docentes de Educação Infantil.

Assim, vislumbram-se dificuldades na inserção das culturas infantis no processo de ensino e aprendizagem, visto que as professoras ainda se veem como o centro da educação, reproduzindo um ensino tradicional, transmitindo conhecimentos inquestionáveis em pleno século XXI. Logo, as ideias postas pelos sociólogos da infância que viam nos saberes das crianças a oportunidade destas se apropriarem e construírem um novo mundo de conhecimento é minada por concepções tradicionais ainda vigentes.

Enquanto as culturas infantis produzidas pelas crianças não são reconhecidas como objetos passíveis na construção da aprendizagem, as culturas infantis produzidas para as crianças são utilizadas em demasia pelas docentes, isentando-as, de certa maneira, de seu trabalho. Nas salas de aula que observamos, as televisões estavam ligadas, transmitindo desenhos, como a "Dora Aventureira" e "*Scooby – Doo*", deixando as crianças passivas em todas as informações passadas por esses produtos da indústria cultural. As professoras em nenhum momento argumentaram utilizar esses vídeos como promotores de problemáticas a serem trabalhadas com as crianças, a fim de tornar as aprendizagens significativas e com sentido às suas realidades.

Outro ponto que se evidencia em relação às culturas infantis produzidas para as crianças é referente à estética das salas de aula, permeadas por cartazes de personagens como a "Galinha Pintadinha", reproduzida pelas professoras. Há poucos trabalhos elaborados com a participação das crianças, percebendo-se que elas não são construtoras do espaço que vivenciam cotidianamente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concebermos a pesquisa, vimos a possibilidade de verificar a gestão educacional em um processo dialético. Os limites e possibilidades de uma gestão coesa na construção de aprendizagens proporcionadas por um ambiente escolar que tinha em sua finalidade, organização e currículo como uma base de sustentação de um ensino pautado por instâncias democráticas. Constatou-se que os caminhos possíveis são traçados pelo PPP, mas o percurso não ocorre como deveria.

Pensar em limites e possibilidades de uma gestão educacional é refletir sobre as experiências que a promoção de uma democracia em instâncias escolares proporciona. Considerar saberes de todos para todos é um instrumento que deve pautar a prática das escolas

públicas na organização de seu trabalho pedagógico. Dessa maneira, avanços e recuos serão inerentes aos gestores, principalmente ao que tange gerir as relações humanas.

Com a pesquisa sobre as culturas infantis, evidenciou-se a distância que há entre a teoria e a prática. O PPP veicula ideias que consideramos convenientes com um trabalho democrático na escola, ao considerar todos os agentes no processo educacional. Todavia, na prática percebe-se a inação por parte dos membros da escola em efetivar os pontos do documento.

Nesse sentido, a necessidade de atribuir uma reconsideração constante do PPP e um diálogo permanente com seus construtores é tarefa intrínseca da gestão educacional democrática. O processo de construir e reconstruir é que faz a escola se manter como um espaço vivo, articulado e inspirador.

Com efeito, a pesquisa tornou possível refletir sobre a nossa caminhada futura como profissionais da educação. Se como professores em formação somos colocados em meio a tantas reflexões, como professores em atuação deveremos pautar nossa prática pela criticidade cotidiana. Pensar a gestão educacional é um desse meios, pois ela é que torna a prática coerente com a sociedade, a cultura e as relações complexas que somente os seres humanos constroem, mas que também podem descontruí-las para reconstruí-las.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Culturas infantis: contribuições e reflexões. In: **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 43, pp. 645-667, set./dez. 2014.

DURKHEIM, Émile. **Lições de Sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

STEINBERG, Shirley R.; KINCHELOE, Joe L. (org.). **Cultura infantil**: a construção corporativa da infância. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

VEIGA, Ilma Passos A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos A. (org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola**. São Paulo: Papirus, 1997 (pp. 11-35).